

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

**A ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL¹
THE GREEN ECONOMY IN THE CONTEXT OF SUSTAINABLE
DEVELOPMENT: A CONCEPTUAL APPROACH**

**Patricia Kischner², Cristiane Ivete Bugs Vione³, Fernando Camara Rieger⁴,
Sandra Beatriz Vicenci Fernandes⁵, Leonir Terezinha Uhde⁶**

¹ Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional

² Mestranda em Desenvolvimento Regional - UNIJUI, Bolsista PROSUC/CAPES. Contato: patrickischner@hotmail.com

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional - UNIJUI, Bolsista PROSUC/CAPES. Contato: cristianeivone@gmail.com.

⁴ Doutorando em Desenvolvimento Regional - UNIJUI. Contato: fernandorieger@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Docente - UNIJUI. Contato: sandravf@unijui.edu.br.

⁶ Contato: ltuhde@gmail.com

Resumo: este trabalho tem por objetivo discutir e avaliar a iniciativa da economia verde como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. Para contemplar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter bibliográfico. Os resultados da análise demonstram que há grande divergência com relação a efetividade da abordagem proposta, uma vez que a transição para uma economia verde é compreendida por muitos teóricos apenas como uma readequação do modelo de produção capitalista, não apresentando assim, uma solução contundente para a atual crise ambiental. Desse modo, conclui-se que embora tenha evoluído o debate sobre possíveis maneiras para alcançar o desenvolvimento sustentável, ainda não observa-se soluções concretas em relação a isso.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Sustentável. Economia Verde.

Abstract: this paper aims to discuss and evaluate the green economy initiative as an alternative to sustainable development. In order to contemplate the proposed objective, a bibliographic descriptive research was carried out. The results of the analysis show that there is great divergence from the effectiveness of the proposed approach, since the transition to a green economy is understood by many theorists only as a re-adaptation of the capitalist production model, thus not presenting a strong solution for the current environmental crisis. In this way, it is concluded that while the debate on possible ways to achieve sustainable development has evolved, no concrete solutions have yet been found.

Key words: Economic development. Sustainable development. Green Economy.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

1 INTRODUÇÃO

A iniciativa de desenvolvimento sustentável tem como marco principal a insatisfação de uma parcela da sociedade, com os limites da abordagem predominante capitalista baseada na utilização desordenada e predatória dos recursos naturais. Essa insatisfação é reflexo da conscientização, por parte das entidades sociais, acerca dos elevados níveis de deterioração da qualidade de vida da população e da crescente pressão da degradação ambiental sobre os ecossistemas.

Embora diversas iniciativas pautando preocupações ambientais já estivessem em curso, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, foi o marco mais importante no processo de conscientização da comunidade internacional sobre os limites do desenvolvimento econômico. Foi um período marcado por um forte debate entre aqueles que defendiam o desenvolvimento a qualquer custo, mesmo pondo em risco a própria natureza e os partidários das questões ambientais (ROMEIRO, 2012).

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre crescimento econômico e meio ambiente, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente publicou em 1987 o *Relatório Brundtland*, o qual conceitua desenvolvimento sustentável como aquele que procura satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (CMMAD, 1987). Isso implica possibilitar a população atual e futura atingir um nível satisfatório de desenvolvimento social, econômico e de realização humana, sem degradar os recursos naturais existentes.

Atualmente o marco central do debate sobre desenvolvimento sustentável esta pautado na iniciativa da economia verde, descrita pelo Programa da Nações Unidas Para o Meio Ambiente como uma opção fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico com equidade socioambiental (UNEP, 2011).

Desse modo, o objetivo deste estudo é discutir e avaliar a abordagem da economia verde como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. Estudos desta natureza justificam-se pela necessidade de existir um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais, uma vez que este último é essencial para manter a qualidade de vida.

Portanto, além desta introdução, são apresentados na sequência os aspectos metodológicos para a realização do estudo proposto, o que permite apontar na terceira seção, as principais discussões relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e economia verde. Finalmente na quarta seção são apresentadas as conclusões, bem como suas limitações e oportunidades para estudos futuros.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste estudo é uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, cujos procedimentos técnicos envolvem pesquisa bibliográfica em obras de referência

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

sobre o tema. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal retratar com precisão as características de eventos, fenômenos ou situações, sendo utilizada tanto na abordagem qualitativa como na quantitativa (BIROCHI, 2015, p. 50). Assim, buscar-se-á descrever em linhas gerais as principais discussões relacionadas a abordagem de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável.

Para alcançar o objetivo proposto foram realizados estudos empíricos em artigos científicos e acadêmicos, livros, notícias, reportagens, estudos e relatórios publicados por instituições públicas e privadas. De acordo com Gil (2008, p. 50) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

3 DESENVOLVIMENTO, ECODESENVOLVIMENTO E ECONOMIA VERDE

3.1 Desenvolvimento sustentável: contextualização e evolução do conceito

As discussões relacionadas a questão ambiental datam da década de 1960, quando as externalidades negativas ocasionadas pelo modo de produção capitalista começaram a ganhar status de relevância por parte dos segmentos sociais.

Este período foi marcado por um forte debate entre os chamados “desenvolvimentistas” que defendiam o crescimento econômico sustentado, como uma premissa necessária e suficiente para o desenvolvimento social dos países e os chamados “zeristas”, que propunham a estagnação total do crescimento econômico como forma de impedir tragédias ambientais de grandes proporções mundiais. Solução que não agradava os países subdesenvolvidos que almejavam alcançar desenvolvimento econômico a fim de garantir melhor qualidade de vida às suas populações (ROMEIRO, 2012).

Posto isso, o conceito de Ecodesenvolvimento emerge da Conferência de Estocolmo em 1972 como uma proposta conciliadora para esse embate, representando uma espécie de “terceira via”, compreendido como uma alternativa ao debate estabelecido entre a proposta do crescimento zero de um lado, e a reivindicação ao “direito ao crescimento” dos países do Terceiro Mundo de outro (FERNANDEZ, 2011, p. 110). O Ecodesenvolvimento aponta cinco dimensões interconectadas de sustentabilidade: social (voltada para a redução da pobreza e para a organização social), econômica (relativa à manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas), ecológica (relacionada à preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade), espacial (voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada) e cultural (referente ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais).

Em suma, esse novo paradigma de desenvolvimento apresentava uma preocupação latente com os aspectos econômicos, porém, não dissociados dos problemas sociais e ambientais. Existe uma questão ética fundamental nesse contexto, de que o desenvolvimento deve estar voltado para as necessidades sociais mais abrangentes, que se referem à melhoria da qualidade de vida da maior parte da

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

população, e o cuidado com a preservação do meio ambiente como uma responsabilidade para com as futuras gerações (SACHS, 1981).

Na década de 1980, a Organização das Nações Unidas retomou o debate sobre a crescente utilização e degradação dos recursos naturais nos processos de produção capitalista e, através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, gerou o *Relatório Brundtland*, o qual propõe o desenvolvimento sustentável como aquele que busca promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza, não se referindo apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Diz respeito, principalmente, as consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade tanto presente quanto futura (FERNANDES et al, 2008).

A princípio, o reconhecimento de que existe uma contradição incontornável entre um estoque de recursos finitos, muitos dos quais irreprodutíveis na escala humana, e um crescimento infinito apregoado pelo sistema econômico, parece ser inquestionável. Trata-se de reconhecer que o fator limitante fundamental não é a finitude do estoque de materiais não renováveis, mas de capacidade ecossistêmica de absorvê-los e manter um equilíbrio favorável à vida humana (ROMEIRO, 2012).

Em síntese, a Comissão sumariza a noção de desenvolvimento sustentável enfatizando que ele deve ser compreendido como um processo de transformação no qual, a exploração dos recursos naturais, a condução dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais estão em conformidade e reforçam o potencial do presente e do futuro, com a finalidade de atender às necessidades e às aspirações humanas. Assim, o desafio do desenvolvimento sustentável vem se impondo como um requisito obrigatório nos debates sobre desenvolvimento econômico.

3.2 Economia verde como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável

O ponto principal da iniciativa da economia verde foi o desenvolvimento do relatório “Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável (DS) e a erradicação da pobreza”, lançado em 2011 pelo PNUMA. O documento avalia aspectos macroeconômicos e questões ligadas à sustentabilidade e redução da pobreza relacionadas a investimentos, em uma gama de setores considerados estratégicos desde a agricultura a fontes renováveis de energia (PAVESE, 2011).

Desta forma, economia verde é compreendida “como aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica” (UNEP, 2011). Resumidamente, uma economia verde deve estar pautada em baixa emissão de carbono, ser eficiente no uso dos recursos e socialmente inclusiva.

Para Young (2011), o conceito de economia verde sugere que a dinamização da economia deve ocorrer através da expansão de setores de baixo impacto ambiental, do incentivo de ações como agricultura sustentável, da gestão de resíduos, transportes verdes, tecnologias limpas, energias renováveis, prédios verdes, manejo florestal e pagamento por serviços ambientais. Essa proposta de reconfiguração das atividades econômicas tem como objetivo oferecer, simultaneamente, o melhor retorno sobre os investimentos em capital natural, humano e econômico, reduzir a pressão sobre o

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

meio ambiente e contribuir para a equidade social.

Em suma, os motivos que fundamentam a difusão do conceito de economia verde estão associado ao fato de que, o atual paradigma econômico descrito como economia marrom, baseado na má alocação do capital com investimentos maciços em atividades e setores que degradam o meio ambiente, está em crise e não se sustentará no longo prazo (PINHEIRO, 2012).

Assim, é necessário que os investimentos públicos e privados sejam direcionados a setores considerados estratégicos, com baixa emissão de carbono e eficiência energética. Estes investimentos podem conduzir ao aumento os níveis de produção econômica, criação de postos de trabalhos e consequente redução da pobreza, sem liquidar ou acabar com os bens naturais de um país.

De maneira geral, “o caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza” (UNEP, 2011). Assim, a economia verde oferece a oportunidade de conciliar as metas tradicionais da política econômica, particularmente crescimento da renda e do emprego, com os objetivos sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável.

Abramovay (2012) corrobora enfatizando que, a iniciativa de economia verde envolve três dimensões: a primeira corresponde à transição do uso em larga escala de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia. A segunda dimensão está associada ao aproveitamento dos produtos e serviços oferecidos pela biodiversidade, enfatizando que sejam criadas cadeias de valor direcionadas a produtos florestais e serviços ecossistêmicos. O objetivo aqui é social, incentivando a realização de negócios que beneficiem as populações que habitam em locais de alta biodiversidade. A terceira dimensão se concentra em técnicas capazes de diminuir as emissões de poluentes provenientes do processo produtivo, reaproveitando rejeitos e, acima de tudo, diminuindo o emprego de materiais e energia durante o processo produtivo. Estabelece-se assim, que é possível produzir mais ou a mesma quantidade, com menos bens naturais. Em síntese, são propostas majoritariamente tributárias do conceito de ecoeficiência, cujo principal foco são os aspectos técnicos da gestão ambiental, em que a dimensão social fica relegada a um segundo plano.

Caporal (2013), muito apropriadamente sintetiza o vínculo entre desenvolvimento sustentável e economia verde: “...como conceito, o Desenvolvimento Sustentável foi esvaziado, primeiro por ter sido abandonada a ênfase original para a solução das desigualdades sociais, chegando à Rio+20 com uma noção absolutamente mercantil”, traduzida na Economia Verde. Em síntese, o autor afirma que a tese do crescimento verde é uma falácia, na medida em que não há uma combinação que permita aumentar a quantidade de produção (o PIB) melhorando a qualidade ambiental, de modo a fazê-la compatível com os equilíbrios naturais.

3.3 Críticas a abordagem da economia verde

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

De maneira geral, a proposta da economia verde apresenta-se como um instrumento eficiente para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Porém, numa perspectiva crítica é possível auferir que nada mais é do que uma reapresentação, em nova embalagem, das estratégias defendidas pelo capitalismo (ZACARIAS, 2012).

Há nesta corrente uma forte crença de que a tecnologia e a inovação poderão resolver os problemas ambientais futuros, no entanto, como não propõe diminuir o crescimento econômico, pois estabelece que a ciência resolverá o problema das limitações físicas dos recursos naturais e dos problemas gerados pela poluição, pode ser compreendida como mais uma maneira de reforçar a ideia de crescimento econômico.

Sawyer (2011) adverte, que a proposta da economia verde merece uma série de cuidados:

Apesar das semelhanças e do apelo mercadológico, economia verde implica grande risco de se transformar em algo muito diferente de desenvolvimento sustentável. Ainda que limitado e vago, o termo desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) e seu significado explícito (atendimento às necessidades do presente sem prejudicar o atendimento às necessidades das futuras gerações) foram consagrados por todos os países do mundo em 1992. Há que se levar em conta que qualquer linguagem diplomática consensual, ainda mais quando acordada globalmente, é necessariamente vaga. Acontece que economia verde, além da falta de respaldo político, pode ser pior que desenvolvimento sustentável em termos de seu significado implícito e seus possíveis usos e abusos (SAWYER, 2011, p 37).

O autor ainda comenta que existe um forte risco da economia verde não passar apenas do acréscimo de alguns setores, podendo ser resumida basicamente a atividades ou projetos verdes, tais como: painéis fotovoltaicos, moinhos eólicos, parques nacionais remotos, pontos de reciclagem de lixo, hortas orgânicas, entre outros. Tudo isso, sem mudar o fundamental, que são os padrões de produção e consumo capitalista considerados insustentáveis no longo prazo (SAWYER, 2011).

Boff (2011) corrobora dizendo que, “trata-se de medidas dentro do mesmo paradigma de dominação da natureza. Não existe o verde e o não verde. Todos os produtos contem nas várias fases de sua produção, elementos tóxicos, danosos à saúde da Terra e da sociedade”.

Para Zacarias (2012) o relatório feito pelo PNUMA, deixa claro, que o compromisso da economia verde é com o capital, uma vez que este descreve logo na introdução que “ há evidência substancial de que o esverdeamento de economias não inibe a criação de riqueza ou oportunidades de emprego, e que há muitos setores verdes que apresentam oportunidades significativas de investimento e crescimento relacionado de riqueza e empregos” (UNEP 2011, p. 3). Ou seja, “age principalmente no âmbito da lógica econômica, conferindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas” (ZACARIAS, 2012, p. 127).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

A valoração dos serviços ambientais como uma dimensão estratégica na transição para uma economia verde também é motivo de preocupação para alguns autores. Bens públicos como ar, água, capacidade de assimilação de rejeitos, ciclos biogeoquímicos de sustentação da vida, são de difícil valoração, o que pode determinar a ocorrência de problemas de incerteza e o risco de perdas irreversíveis (MAY, 2003). Zacarias (2012) discorre que a proposta da economia verde é avaliar adequadamente o valor econômico dos serviços ambientais, os quais poderiam contribuir para o bem-estar humano e o sustento de famílias, além de ser fonte de novos empregos. Assim, a economia verde pretende alocar os bens comuns (água, ar, atmosfera) sob a perspectiva monetária transformando-os em mercadorias oportunas para a adesão privada.

Essas e outras críticas também são compartilhadas por Packer (2011). Para a autora, a valoração da biodiversidade é um mecanismo criado para incentivar a criação de um novo mercado, que tem como mercadoria os processos e produtos disponíveis na natureza, ou seja, trata-se de um mecanismo para tentar solucionar os problemas ambientais dentro da perspectiva do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo. De maneira geral, diante da atual crise ambiental, são necessárias mudanças imediatas e profundas no atual modelo econômico baseado na utilização maciça dos recursos naturais e ambientais. Porém, a proposta de economia verde desenvolvida pelo PNUMA estabelece apenas readequar as formas de produção capitalistas, não representando uma solução razoável para diminuir os impactos ambientais resultantes desse processo.

4 CONCLUSÕES

A proposta de Economia Verde, como possível alternativa para se chegar ao desenvolvimento sustentável, enfatiza a possibilidade de alcançá-lo dentro da ordem do capital, ou seja, trata-se basicamente do esverdeamento de alguns setores da economia, o que não é fator suficiente para se alcançar níveis próximos do desenvolvimento necessário.

Além disso, é importante destacar que, a valoração dos serviços ecossistêmicos - compreendida pelos adeptos da iniciativa de economia verde como uma maneira de conscientizar a sociedade da importância de preservar e manter os recursos naturais existentes, pode se tornar mais um fator de contribuição para o aumento dos níveis de pobreza mundial, uma vez que, grande parte dos países pobres depende da utilização dos recursos naturais para sobreviver, contradizendo-se aos preceitos de diminuição dos níveis de pobreza defendido pelo desenvolvimento sustentável.

Assim, embora tenha evoluído o debate sobre possíveis possibilidades para alcançar o desenvolvimento sustentável, ainda não se tem alternativas concretas em relação a isso. A noção de desenvolvimento sustentável se esvazia na medida em que se volta para economia verde, com o principal foco na acumulação de capital. Portanto, a economia verde tem sido considerada como uma abordagem absolutamente mercantil, que não atende à dimensão social, tão cara ao ecodesenvolvimento.

Por mais que exista uma crise social e ambiental na atualidade, é notório que os preceitos sobre as

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

causas e soluções para esta são bastante contraditórios. Desse modo, considera-se interessante para pesquisas futuras, uma discussão mais abrangente sobre o tema proposto, podendo inclusive direcionar a abordagem para o contexto mais específico do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. EdUSP, 2012.

BELLEN, H. M. van. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BIROCHI, Renê. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração- UFSC; Brasília: CAPES:UAB, 2015.

BOFF, Leonardo. **A ilusão de uma economia verde**. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/10/16/a-ilusao-de-uma-economia-verde/>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CAPORAL, F. R. **Adeus ao desenvolvimento sustentável**. Disponível em: Acesso em: 16 jun. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci; TEIXEIRA, Enise Barth; GADONSKI, Marcelo Gallert; GRYBOVSKI, Denise. **Impactos e Estratégias Ambientais**: uma análise em empresas da Região Noroeste do Estado do RS. 2008.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e economia ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional?. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 23, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: . Acesso: 20 mar. 2017.

MAY, P. (Org). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PACKER, L. **Pagamentos por serviços ambientais e flexibilização do Código Florestal**: para um capitalismo “verde”. Curitiba: Terra de Direitos, 2011.

PAVESE, Helena Boniatti. Delineamentos de uma economia verde. Política Ambiental/Conservação Internacional - Economia Verde: Desafios e oportunidades. Belo Horizonte: **Conservação**

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Internacional, 2011, n. 08, jun. 2011.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. Capítulo II: Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde: uma proposta de análise conceitual. **Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+ 20**, p. 15.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1981.

SAWYER, D. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável. Política Ambiental. Economia verde: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: **Conservação Internacional**, n. 8, p. 36-42, jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 19 mai. 2018.

UNEP. **Rumo a uma economia verde**: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, Press Release United Nations Environment Programme, 2011. Disponível em:

YOUNG, C. E. F. Potencial de crescimento da economia verde no Brasil. **Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 8, p. 88-97, jun. 2011. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2018.

ZACARIAS, Rachel Santos. Do “Desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. **Temporalis**, v. 12, n. 23, p. 125-151, 2012.